

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.721 - RS (2015/0185366-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **UNIÃO**  
**RECORRIDO** : **NOECI LENTZ DA SILVA**  
**RECORRIDO** : **NOELI VELHO**  
**ADVOGADOS** : **MARCIANO PERONDI - RS074675**  
: **EDINEI PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - RS078965**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL**  
**ADVOGADO** : **LARISSA RAYMUNDI - RS053904**  
**AGRAVADO** : **NOECI LENTZ DA SILVA**  
**AGRAVADO** : **NOELI VELHO**  
**ADVOGADOS** : **MARCIANO PERONDI - RS074675**  
: **EDINEI PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - RS078965**  
**INTERES.** : **FLAVIO FREDERICO BOTELHO**  
**INTERES.** : **ZELINDA MARCELINA PAVAN**

**EMENTA**

AÇÃO DE USUCAPIÃO. BEM PÚBLICO. IMÓVEL INCORPORADO AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO POR ADJUDICAÇÃO E POR ESTA CEDIDO A MUNICÍPIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA NO JULGAMENTO DE APELAÇÃO. OBJEÇÃO LEVANTADA PELA UNIÃO: VIOLAÇÃO A COISA JULGADA. MATÉRIA SUSCITADA POR MEIO DE COMPETENTES EMBARGOS. PONTO QUE NÃO FOI OBJETO DE DEBATE E DECISÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. OMISSÃO QUE PERSISTE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973 CONFIGURADA. Recurso especial da União provido.

**DECISÃO**

Inaugura os presentes autos a ação de usucapião movida por Noeci Lentz da Silva e Noeli Velho contra a União, pretendendo as autoras a aquisição da propriedade de bem imóvel pertencente, até 1985, à Vinícola Luiz Antunes S/A, adjudicado posteriormente pela Fazenda Nacional em razão da falência da mencionada empresa, e pela União cedido, em 1992, ao Município de Caxias do Sul.

Ao sentenciar o feito, o Juízo da Vara Federal de Caxias do Sul/RS, amparado na prova dos autos, julgou improcedente o pedido (e-STJ, fls. 527-531).

Inconformadas, as autoras interpuseram apelação, à qual a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região deu provimento para reformar a sentença. A ementa do julgado foi assim redigida (e-STJ, fl. 604):

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 340 DO STF. EXCEPCIONALIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. SENTENÇA REFORMADA.

1. Comprovada a posse mansa e pacífica por mais de vinte anos, sem interrupção, com 'animus domini', tendo inclusive o genitor das recorrentes construído a residência em questão, é de ser deferido o pedido de usucapião em sua modalidade extraordinária, a qual 'remete ao tempo que a adjudicação da União ainda não havia sido realizada'.
2. A Súmula nº 340 do STF, a qual dispõe expressamente que é inviável a usucapião de bens públicos não é aplicável ao caso dos autos, pois não se trata de bem público propriamente dito, mas sim de imóvel que posteriormente adjudicado (incorporado à União).
3. Sucumbência invertida.

A esse acórdão foram opostos embargos de declaração pela União e pelo Município de Caxias do Sul, julgados conjuntamente nos termos do acórdão de fls. 635-640 (e-STJ), tendo a Turma julgadora decidido acolhê-los em parte a fim de "dar por prequestionados os dispositivos invocados". Esta é a ementa do julgado (e-STJ, fl. 640):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste vício quando o julgado decide fundamentadamente sobre as questões suscitadas no recurso, sendo inviáveis os embargos declaratórios para o reexame de matéria já decidida.
2. Acolhida a pretensão de prequestionamento, para evitar que a inadmissibilidade dos recursos às instâncias superiores decorra exclusivamente da ausência de menção expressa aos dispositivos tidos pela parte como violados, que tenham sido implicitamente considerados no acórdão, por serem pertinentes à matéria decidida.
3. Embargos de declaração parcialmente providos.

Em seguida, a União e o Município de Caxias do Sul ingressaram com recursos especial (e-STJ, fls. 651-674 e 703-714) e extraordinário (e-STJ, fls. 675-699 e 716-725).

Por vislumbrar viabilidade no especial interposto pela União, o Desembargador Federal Vice-Presidente o admitiu (e-STJ, fl. 831), tendo, contudo, barrado o recurso especial do Município (e-STJ, fls. 820-825), o que motivou a interposição do agravo em recurso especial de fls. 854-863 (e-STJ).

Nas suas razões recursais, a União alega, preliminarmente, ter sido violado o art. 535, II, do CPC/1973, porquanto a Corte federal, não obstante tenha acolhido os declaratórios por ela opostos, não emitiu efetivo pronunciamento sobre o ponto omissivo neles indicado.

Sustenta, também, estar configurada a ofensa aos arts. 200 do Decreto-Lei n. 9.760/1946 e 99, II e parágrafo único, 100, 102, 1.198, 1.200, 1.201, 1.204 e 1.208, todos do Código Civil de 2002, relacionada à impossibilidade de usucapião de bem público, e aos arts. 467 e 468 do Código de Processo Civil de 1973, por entender que houve violação à coisa julgada pelo acórdão recorrido.

Alinhando argumentos contrários às alegações da União, Noeci e Noeli opuseram-se ao conhecimento e ao provimento do recurso por ela interposto.

Brevemente relatado, decido.

O exame mais acurado do processo revela que a União, já em sua contestação (e-STJ, fls. 96-97), sustentou que a pretensão deduzida pelas autoras esbarraria na decisão judicial transitada em julgado que lhe permitiu adjudicar o bem imóvel em disputa.

Essa questão mereceu a atenção da magistrada sentenciante, que sobre ela se manifestou nos seguintes termos (e-STJ, fl. 528):

Inicialmente, cumpre analisar as preliminares invocadas pela União em sede de contestação (evento 34). A coisa julgada pressupõe a existência da tríplice identidade dos elementos da ação, prevista no artigo 301, § 2º, do Código de Processo Civil. Dessa forma, o fato de a União ter adjudicado o imóvel objeto da lide em processo de execução fiscal movido contra a empresa Vinhos Luiz Antunes não caracteriza a ocorrência de coisa julgada.

No julgamento da apelação, o órgão colegiado, ao concluir pela necessidade de reforma da sentença para reconhecer o direito das autoras à usucapião, nada disse acerca dessa matéria defensiva, com o que a União se viu na necessidade de ingressar com embargos de declaração, cujo propósito, conforme se lê da petição recursal, era o de que houvesse expressa manifestação da Turma a respeito dessa matéria (e-STJ, fls. 625-629).

Ocorre que a Turma julgadora, não obstante afirme haver acolhido os embargos para fins de prequestionamento, mais uma vez silenciou a respeito da alegação de violação à coisa julgada, alicerçando seu pronunciamento em fundamentação genérica, conforme revela o seguinte excerto do voto condutor do julgado (e-STJ, fls. 637-638):

No caso dos autos, forçoso concluir, inexistente omissão, contradição ou obscuridade, pois o acórdão embargado decidiu fundamentadamente sobre os pontos controvertidos na demanda.

Com efeito, consoante pacífico entendimento da doutrina e da jurisprudência, não precisa o magistrado reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes, pois ao acolher um argumento bastante para a sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não.

No caso em tela, em que pese os argumentos expendidos pelo embargante, não ocorre nenhum vício, pois o voto condutor está devidamente fundamentado, com a apreciação dos pontos relevantes e controvertidos da demanda. O fato de o acórdão não ter sido fundamentado com os dispositivos legais ou com a tese que a parte gostaria de ver examinados não o torna omissor. Ainda, ressalto que não cabe às partes requerer a menção de determinados fatos no acórdão, pois sua confecção é atividade exclusiva do juízo.

[...]

Embora não tenham sido violados nem lhes tenha negado vigência na decisão embargada, dou por prequestionados os dispositivos legais e/ou constitucionais apontados pela parte embargante, que tenham expressa ou implicitamente pertinência com as questões examinadas no julgamento do recurso.

Ora, sem que tenha havido efetivo debate e decisão acerca do ponto controvertido, não há como tê-lo por prequestionado, a isso não bastando a mera afirmação do órgão julgador, conforme já decidiu este Tribunal:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.  
ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTO INATACADO.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DOS BENS NOMEADOS À PENHORA. ANÁLISE SOBERANA DA IDONEIDADE DOS BENS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 655 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES.

[...]

3. Não há como se considerar que a matéria se encontra prequestionada tão somente em razão de o c. Tribunal de origem ter afirmado que os dispositivos legais foram prequestionados, já que, a despeito de tal afirmação, a questão não foi apreciada no v. acórdão guerreado.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no Ag n. 1.379.862/SP, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe 21/6/2011)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DECISÃO DE TRIBUNAL A QUO QUE ADMITE RECURSO ESPECIAL. VINCULAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Para que haja o prequestionamento da matéria é necessário que a questão tenha sido objeto de debate, à luz da legislação federal indicada, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir um juízo de valor acerca dos dispositivos legais, ao decidir pela sua aplicação ou seu afastamento em relação à cada caso concreto, não bastando, para tanto, a mera afirmação do tribunal de que não foram violados os dispositivos legais ou de que estes se encontram prequestionados.

[...]

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp n. 833.477/RS, Relator o Ministro Castro Meira, DJe 29/9/2006)

Dado esse contexto, parece claro que a Corte de origem, a despeito de ter sido instada pela União a se manifestar sobre matéria defensiva relevante para o correto deslinde da causa, não lhe dispensou a necessária atenção, incorrendo, pois, em omissão, situação que torna impositivo o reconhecimento da violação ao art. 535, II, do CPC/1973.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM PEDIDO CONDENATÓRIO. OCORRÊNCIA DE OMISSÕES. VÍCIO

NÃO CORRIGIDO NO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS. QUESTÃO RELATIVA AO CERNE DA CONTROVÉRSIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73 CONFIGURADA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO ESTADUAL E RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

[...]

2. Se o Tribunal de origem não se manifesta sobre pontos que podem influir no resultado da demanda, e o recurso especial é interposto com fundamento na violação do disposto no art. 535 do CPC/73, devem os autos retornarem para que o tema seja analisado e solvido.

[...]

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp n. 1.548.242/PE, Relator o Ministro Moura Ribeiro, DJe 18/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73 CONFIGURADA. ACÓRDÃO ESTADUAL, APESAR DE PROVOCADO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NÃO EXAMINOU PONTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ANULAÇÃO DO V. ACÓRDÃO DOS ACLARATÓRIOS, COM O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A remansosa jurisprudência desta eg. Corte firmou-se no sentido de que ocorre violação ao art. 535 do CPC/73 quando o eg. Tribunal a quo, apesar de provocado em sede de embargos de declaração, não examina ponto essencial ao deslinde da controvérsia.

[...]

3. Agravo interno a que se nega provimento.

[AgInt no AREsp n. 825.974/RJ, Relator o Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador Federal Convocado do TRF da 5ª Região), DJe 27/3/2018]

Ante o exposto, conheço do recurso especial da União e dou-lhe provimento a fim de determinar à Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em novo julgamento dos embargos de declaração da ora recorrente, supra a omissão relacionada à alegação de coisa julgada, como entender de direito.

Ordenado o retorno dos autos à origem para novo julgamento dos declaratórios da União, com reabertura daquela instância, fica prejudicado o recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

interposto pelo Município de Caxias do Sul.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator